

O quadro de pandemia decretado em março de 2020 alterou de forma quase imediata a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. A recuperação que vinha se desenhando desde 2019 deu lugar a um cenário de profundas incertezas e interrupções de várias atividades produtivas. Diante desse contexto, torna-se ainda mais valioso ter informações sólidas de forma tempestiva. Foi essa a motivação para essa edição extra, de número 69, do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT)*.

Assim, os textos da análise inicial e das seções *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas* são motivados pelos efeitos da pandemia (e das medidas de isolamento para sua contenção) no mercado de trabalho, ou nas políticas públicas e propostas que visam mitigar esses efeitos.

A primeira parte do BMT, a *Análise do mercado de trabalho*, cobre os primeiros meses de 2020 até maio do mesmo ano. Nesse período, o quadro que era de otimismo moderado, com gradual melhora dos indicadores de trabalho, reverte-se fortemente a partir de março ou abril dependendo do indicador. Aqui o desafio foi trazer informações que mostrassem o contraste da situação entre a realidade pré e pós-pandemia. Isso porque a nossa principal fonte de informação, os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é disponibilizada em bases trimestrais e só poderia revelar esse tipo de comparação em agosto de 2020, com a disponibilização dos dados relativos ao segundo trimestre desse ano. Passamos a dar mais ênfase ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e complementamos essa fonte de informação com bases de dados antes não disponíveis, como os requerimentos de seguro-desemprego, a PNAD-Covid-19, os dados da PNAD Contínua desagregados em meses e até mesmo os dados de abertura de empresas da junta comercial de São Paulo, para enriquecer a análise.

Além da nossa análise conjuntural do mercado de trabalho, este número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em três seções.

A seção *Notas técnicas* possui quatro textos. No primeiro deles, *Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?*, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, Joana Simões Costa e Marcos Hecksher usam microdados da PNAD Contínua, desagregados em meses, para avaliar o impacto da pandemia sobre diferentes recortes da população ocupada do país. Mulheres, jovens, pretos e pessoas com menor escolaridade sofreram maiores perdas de ocupação e entre os trabalhadores são destacados os informais, com jornada parcial e menores salários como os mais afetados negativamente.

Na nota técnica *Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia*, os autores Rogério Jerônimo Barbosa e Ian Prates utilizam dados

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/apresentacao>

da PNAD Contínua e da PNAD-Covid-19 para simular diferentes cenários de evolução do quadro socioeconômico do país com o objetivo de isolar os efeitos das políticas de mitigação dos efeitos da pandemia. Nesse contexto, concluem que a MP nº 936/2020 afeta a metade superior da distribuição de renda, mas tem uma pequena magnitude, enquanto que o auxílio emergencial cumpre seu objetivo de aumentar a renda domiciliar *per capita* e proteger os mais pobres. Entretanto, alertam que o benefício é temporário e que a crise causada pela epidemia deve perdurar, exigindo, portanto, novas medidas para sua mitigação.

O texto *Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial: implicações para as estatísticas do emprego formal*, elaborado pela Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos, da Secretaria de Trabalho, trata da análise e de considerações sobre o impacto da substituição das obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas Caged e Relação Anual de Informações Sociais (Rais) pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) – todos eles do Ministério da Economia (ME). Essa nota foca em especial na geração das estatísticas mensais do emprego formal provenientes do Caged. Enquanto o texto não trata diretamente dos efeitos da Covid-19, o Caged é uma das principais fontes de informação de emprego formal com frequência mensal e de grande importância para análises no mercado de trabalho, especialmente durante crises como a atual.

No último texto da seção, *Essencialidade, contato interpessoal, teletrabalho e automação das ocupações no mercado formal brasileiro: riscos e potencialidades advindos da Covid-19*, Aguinaldo Nogueira Maciente busca quantificar os desafios para a retomada do emprego enfrentados pelos trabalhadores formais e pelos setores de atividade do Brasil. Usando a Rais, além de características ocupacionais constantes da Occupational Information Network (O*NET), desenvolvida pelo departamento de trabalho dos Estados Unidos, o autor apresenta indicadores de vulnerabilidade dos trabalhadores e dos diferentes setores econômicos aos efeitos do fechamento parcial das atividades econômicas causado pela pandemia.

A seção *Políticas em foco* possui dois textos. Em *Reduções nas horas trabalhadas com compensação governamental como política de manutenção do emprego e da renda*, Mauricio Cortez Reis e Joana Simões Costa apontam algumas propostas que têm sido sugeridas em alguns países envolvendo redução nas horas trabalhadas para manutenção do emprego e da renda durante a crise da Covid-19. Além disso, são descritos alguns resultados de políticas semelhantes a partir das análises de experiências implantadas durante a crise financeira de 2008-2009.

O segundo texto *Mais empregos com menos aglomeração: proposta de desoneração da folha com ênfase nas menores jornadas*, de Marcos Hecksher e Carlos Henrique Corseuil, destaca que, além de políticas de preservação do emprego, uma retomada mais rápida da economia depende de medidas que incentivem as empresas a (re)contratar mão de obra. Com esse objetivo, os autores sugerem que a proposta do contrato verde e amarelo substitua sua focalização direta em jovens e idosos por uma alternativa voltada a jornadas de trabalho reduzidas. Nesse contexto, as empresas teriam incentivo para dividir entre mais pessoas as novas horas a serem contratadas, promover revezamentos de trabalhadores e, assim, maximizar o nível de emprego com o mínimo de aglomeração.

A última seção, *Economia solidária e políticas públicas*, contribui com três textos. O primeiro deles, *Extensão universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro*, divulga ações de extensão universitária de três instituições de educação superior e tecnológica no Brasil – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e Universidade Estadual Paulista (Unesp). Os autores inserem essas atividades no contexto da pandemia do novo coronavírus, que impõe demandas específicas e novas dinâmicas a esses projetos.

No texto *As incubadoras universitárias de economia solidária durante a pandemia: relato de ações da Incubes/UFPB e da Incubacoop/UFRPE*, Júlia Figueredo Benzaquen, Vanderson Carneiro e Maurício Sardá apresentam ações realizadas por duas universidades da região Nordeste no enfrentamento à atual pandemia da Covid-19. A Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), inclui atividades como o apoio aos empreendimentos coletivos de economia solidária, formação de redes e espaços virtuais de comercialização, e ações no campo da segurança e soberania alimentar e nutricional. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), dá assessoria técnica a agricultores(as) familiares, participa na implementação e no funcionamento do projeto Mercado da Vida e realiza pesquisas de monitoramento sobre a situação da fome/insegurança alimentar em municípios pernambucanos e em comunidades quilombolas do estado.

O último artigo, *Políticas socioeconômicas de reação à crise da Covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro*, é de autoria de Jéssica Lago da Silva, Rodrigo Carvalho da Silva, Fernando Freitas e Fábio Waltenberg. O texto discorre sobre o alcance e os limites das ações para mitigar o impacto socioeconômico da Covid-19 adotadas pela prefeitura de Maricá. Os autores lembram que Maricá se destaca de outros municípios brasileiros: *i*) possui uma prefeitura com boa dotação orçamentária; *ii*) já contava com uma estrutura de transferências de renda montada, viabilizada pela ação de um banco comunitário; e *iii*) apresenta uma política única no mundo todo, a Renda Básica de Cidadania.

REFERÊNCIA

HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato**: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. Brasília: Ipea, abr. 2020. (Nota Técnica, n. 62). Disponível em: <<https://bit.ly/30saFJh>>.

